

Portugal e Espanha: Percursos de Integração

Fernanda Neutel *

Palavras-chave:

Espanha, Portugal, Europa, integração, percursos, fundos, estabilidade, défice, produto interno bruto, Comissão Europeia, Fundo Regional de Desenvolvimento Europeu, Fundo Social Europeu, Fundo de Apoio Agrícola, Banco de Investimento Europeu, competitividade, liberalização, investimento estrangeiro, modernização, subdesenvolvidas, desenvolvidas, crescimento anual, adesão, infra-estruturas, inflação, sector público, modernização, retoma, indústria.

Resumo

Portugal e Espanha juntaram-se à União Europeia em 1986. Na altura, alguns cientistas julgaram que seria um processo votado ao insucesso. No entanto, o percurso foi um sucesso. Espanha tornou-se um dos países mais desenvolvidos da União. Portugal, apesar de longe das expectativas iniciais, também recuperou significativamente. Apesar dos contornos diversificados, ambos podem ser considerados um modelo de integração.

Abstract

Portugal and Spain joined the European Union in 1986. At the time, some political scientists argued that the process would be a failure. However, their integration process was a success.

* U.L.H.T

Spain became one of the most developed countries in the European Union and Portugal, although far from the successful starting point, has developed significantly. Although they have followed different ways, they both are a model for integration.

Keywords:

Spain, Portugal, Europe, integration, route, funds, stability, deficit, gross domestic product, European Commission, European Regional Development Fund, European Social Fund, Fund for Agricultural Support, European Investment Bank, competitiveness, liberalization, foreign investment, modernization, underdeveloped, developed, annual growth, membership, infrastructures, inflation, public sector, modernization, recuperation, industry.

O período que precedeu a entrada de Portugal e Espanha na União Europeia foi fértil em estudos científicos sobre integração europeia. Seers, por exemplo, afirmava, em 1980, que o processo de alargamento iria acentuar o vazio entre o centro e a periferia, contribuindo para o atraso das regiões subdesenvolvidas¹. King, em 1982, alertava para a possibilidade de desintegração da União em função da acumulação do *stress*, do esforço e do conflito², e Allan Williams, em 1984, escrevia que a estabilidade da comunidade não poderia ser tomada como garantida, pois alguns governos poderiam perder o interesse no processo, e a comunidade morrer por negligência³. Mas autores como Neil Nugent defendiam que a entrada de Portugal e Espanha ajudaria a produzir as modificações que iriam influenciar o processo de aprofundamento da União⁴.

Também a Comissão Europeia se pronunciou sobre o alargamento. O documento de análise sobre a adesão de Portugal e Espanha, elaborado em 1979, era claramente favorável à adesão de Portugal e

Espanha⁵. De acordo com o mesmo, o produto interno bruto de Portugal era um quarto relativamente ao máximo da comunidade, o défice da balança de pagamentos era de um milhão e quinhentos mil dólares por ano, o desenvolvimento era extremamente precário, e a população, essencialmente rural, vivia num estado de extrema pobreza. Já no que diz respeito a Espanha, o documento era mais animador. Os números subiam para um terço no que diz respeito ao produto interno bruto e o crescimento anual era de 7%, com expectativas de crescimento. Na vertente política, as conclusões da Comissão eram mais positivas para os dois países. A instituição concluía que o alargamento daria uma nova dimensão à União, primeiro porque esta passaria a controlar todo o Mediterrâneo Norte, segundo porque reequilibraria as relações Norte-Sul, terceiro porque aumentaria a influência na América Latina e em África. Como conclusão, a Comissão era favorável, até porque, argumentava então, apesar da fragilidade económica do primeiro, esta não acarretaria o perigo de rupturas no seio da União. E, simultaneamente, lançou um processo de apoio aos dois países. Na sequência do Acto Único Europeu de 1987, surgiu o Fundo de Desenvolvimento Regional em 1989, que instituiu, pela primeira vez, uma política regional. As regiões foram divididas em subdesenvolvidas, em vias de desenvolvimento e desenvolvidas, cabendo a Portugal e Grécia as 10 regiões menos desenvolvidas da União, seguindo-se-lhe Espanha e Irlanda.

Portugal e Espanha: os primeiros anos na União

Portugal e Espanha assinaram as condições de entrada na União em Junho de 1985. De acordo com as mesmas, Portugal recebeu cerca de 850 milhões de dólares para reestruturar a sua agricultura, candidatou-se ao Fundo Regional de Desenvolvimento Europeu, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Apoio Agrícola, ao Banco de Investimento Europeu e aproveitou condições especiais de empréstimos quer ao sector privado, quer ao estatal. Na sua totalidade,

Portugal recebeu 137 biliões de escudos da Comunidade e em 1988 receberia mais um terço do que em 1985.

A estratégia inicial portuguesa foi encorajar a competitividade, promover o crescimento do investimento, reduzir o défice do sector público e diminuir a inflação. Construíram-se estradas, caminhos-de-ferro, desenvolveu-se a educação e realizaram-se programas de irrigação. Procedeu-se também à liberalização do sector financeiro, à liberalização dos bancos, ao aumento do sector bancário e ao aumento de sociedades financeiras. A indústria conheceu também algum desenvolvimento. Foi-lhe injectado um fundo de 2 biliões de escudos, principalmente na indústria têxtil, vinícola e na indústria dos sapatos. Quanto à agricultura, foram construídas infra-estruturas e barragens. Como consequência, de 1986 a 1988, Portugal cresceu mais depressa do que qualquer outro país na União Europeia, ou seja cerca de 4,6%, enquanto a União Europeia crescia cerca de 3,1%. Nesse mesmo período, a inflação diminuiu para 8,9%, de 1986 a 1990 o desemprego diminuiu para 4,2% e o défice orçamental diminuiu significativamente.⁶

Espanha recebeu cerca de 7.5 biliões de dólares⁷. Mas, contrariamente a Portugal, na véspera da adesão os sinais de recuperação eram já evidentes: a inflação descera de 24,5% para 8,3%, o produto interno bruto apresentava um excesso de 1,7% e o crescimento anual ultrapassava os 2% em 1986. No entanto, era considerado um dos países mais pobres da União porque as suas exportações assentavam essencialmente em produtos manufacturados (cerca de 78%), tinha um elevado grau de desemprego, tinha falta de infra-estruturas, défice de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico e um grande desequilíbrio entre regiões⁸. Contudo, o país iria recuperar rapidamente. O sector financeiro desenvolver-se-á com a vitalidade dos cerca de 50 bancos e um forte impulso no sistema de empréstimos. O investimento estrangeiro passará a rondar cerca de 80 biliões de dólares entre 1986 e 1991 e a indústria

de construção automóvel, dominada por investimento estrangeiro, fará com que o país se torne o quarto maior produtor europeu à frente do Reino Unido e não longe da Itália, empregando um em cada dez espanhóis. A agricultura tornar-se-á também um sucesso, graças a um moderno programa de irrigação. O turismo contribuirá para o desenvolvimento do país, mas será essencialmente no sector das infra-estruturas que o milagre se fará sentir: em quatro anos, a Espanha fez o que normalmente demoraria 20 ou 30. Só no campo da extracção mineira, o país não conseguiu o desenvolvimento de outros países europeus, alegadamente devido aos sindicatos e à falta de modernização do sector⁹. E em 1991, a Comissão Europeia pronunciava-se do seguinte modo: «*No que diz respeito aos Estados membros, alguns dos países mais fracos chegaram a níveis de crescimento acima da média comunitária, condição prévia para a convergência económica. Em Espanha, Portugal e Irlanda tem havido uma tendência para uma convergência gradual do produto interno bruto com a Comunidade em 1986-87*»¹⁰.

Portugal e Espanha: o percurso

De 1987 a 1991, Portugal aproximou-se da Europa. O produto interno bruto, que em 1986 era de 53% da média europeia, passou em 2000 para 75%. Nenhum outro país (nem mesmo a Irlanda) conseguira tanto em tão pouco tempo¹¹. No entanto, e apesar das expectativas, o progresso irá diminuir. De facto, se de 1987 a 1991 Portugal conseguiu aproximar-se da Europa com um produto interno bruto de 10,7%, nos quatro anos seguintes decrescerá para 6% e nos quatro seguintes atingirá somente 3,4%, o que faz com que a convergência com a União Europeia possa demorar 70 anos.¹² O investimento estrangeiro também irá diminuir de 2,8 biliões em 1998 para 570 milhões em 1999.¹³ Resumindo, Portugal inverterá por completo o seu ciclo de crescimento e as expectativas iniciais de desenvolvimento e se a

tendência se mantiver, em 2020 o produto interno bruto continuará semelhante ao actual.

Quanto a Espanha, se em 1975, um quinto dos trabalhadores ainda trabalhava a terra, em 2000 já se construíam no país mais carros do que no Reino Unido. O país passou também a ser um dos líderes no negócio dos telefones móveis, criou mais empregos do que os Estados Unidos, e as finanças públicas foram completamente recuperadas. Em suma, Espanha conseguiu evoluir 60 anos em 25¹⁴ e assumir-se como uma das maiores nações da Europa. Para sermos mais explícitos, em 2000, o produto interno bruto era de 4%, facto que já vinha a repetir-se nos últimos 4 anos, o desemprego descia de 24% para menos de 14%, os juros a longo prazo desciam de 15% para 6%, a despesa pública descia de 49,5% em 1993 para menos de 42% e o défice orçamental diminuía de 7% em 1995 para 0. Apesar de a retoma espanhola datar dos anos 60, o sucesso começou, de facto, com a entrada na União Europeia. A modernização começou com o corte no pessoal e nos salários, enquanto os sindicatos compreenderam que a pressão por maiores salários, gasto público e protecção poderia ser contraproducente. O governo socialista começou por introduzir legislação mais flexível no que diz respeito ao despedimento e conseqüentemente também em relação a novas contratações, combateu o gasto e, logo, a inflação e assim, nos anos 90, os fundos de pensão, os seguros de vida e os fundos de investimento subiram de 5% para 70%. Também o comércio de serviços e de mercadorias subiu de 37% para 56% nos anos 90¹⁵.

Deste modo, os Espanhóis passaram a ser cerca de 75% mais ricos do que nos 30 anos anteriores. O país passou a desenvolver-se a uma média de 3,2% ao ano, o rendimento de cada pessoa passou a ser de 87% da média Europeia (para os 15) e o orçamento passou a apresentar um excedente¹⁶. Ou seja, Espanha conseguiu transformar-se num dos países mais desenvolvidas da União.

Portugal e Espanha: o futuro

Para resolver o seu problema, Portugal deverá tomar medidas concretas. O aumento da produtividade aparece como sendo, na opinião dos especialistas, a solução principal. De facto, se de 1987 e 1996, a produção por trabalhador aumentou 3% por ano, de 1996 até 2000 o crescimento passou a ser só de 1,7%¹⁷. As despesas do governo português aparecem também como condicionantes. De facto, este gasta mais de metade do produto interno bruto numa proporção muito maior do que na maior parte dos países da União Europeia. A demografia é também um problema. Portugal tem de resolver o seu problema de falta de mão-de-obra, devido a uma população envelhecida e a uma taxa de natalidade diminuta. Apetência por novas tecnologias, modernização de equipamentos, investimento na educação e na pesquisa, maior racionalidade no investimento da educação – *Portugal poderia gastar menos 38% para produzir o mesmo número de alunos de ensino secundário e da universidade* – são outras das soluções que os especialistas apresentam. E no entanto, regista um défice de licenciados e um corpo de docentes desadaptado, estático e pouco reconhecido nos circuitos de investigação internacionais. Por outro lado, a corrupção a nível político e económico aparece também como preocupante, de acordo com os indicadores internacionais. A União Europeia já pediu um reforço da vigilância sobre os políticos portugueses e uma delegação da OCDE virá a Portugal para analisar «esquemas de corrupção internacionais»¹⁸.

Espanha, por seu lado, necessita de responder a três problemas: preços, produção e pensões. A inflação dos preços está a reduzir a competitividade das exportações espanholas, principalmente na Europa. Para tal, será necessário cortar nos salários através de reformas laborais. A produção, relacionada também com o mercado de trabalho, envolve esforços em várias frentes, incluindo a educação, o

recrutamento de mais mulheres para o sector laboral, e investimento na investigação. Espanha gasta pouco com as novas tecnologias (*cerca de 1%, o que significa metade da média Europeia e 1/3 dos Estados Unidos*) e faz pouco uso das mesmas. Por exemplo, somente 23% dos lares têm ligação à Internet (2002) e as próprias universidades têm deficiências graves neste sector. Quanto às reformas por velhice, a OCDE considera que as pensões se devem aproximar dos seus contribuintes, de modo a abrandar o crescimento dos gastos e do possível défice depois de 2015-20. Um dos grandes problemas é que a taxa de natalidade é cada vez menor - uma das mais baixas do mundo - tendo caído de 3% em 1967 para 1,3% em 2001. O governo de Zapatero propôs-se mesmo dar um subsídio mensal de 100€, por nascimento, às mães que não trabalhem e, também por sugestão da OCDE, os impostos deverão aumentar¹⁹. A educação é ainda um dos problemas principais. Houve uma grande expansão das universidades, principalmente privadas, mas isso não significou evolução qualitativa no sistema educativo. De facto, este é muito teórico, os estudantes não têm evoluído no que diz respeito à aquisição de competências nos domínios da escrita, da capacidade argumentativa, da cidadania activa e da investigação. São muito passivos e as universidades espanholas registam altas taxas de insucesso. O mesmo para os professores, recrutados sempre da própria universidade e sem hábitos de mobilidade. As assimetrias regionais e o nacionalismo são considerados por alguns um problema, mas são considerados por outros como um factor positivo de diversificação, que nunca conduziu, nem conduzirá, à desagregação.

Resumindo, Espanha regista um dos mais altos níveis de crescimento na União Europeia, tendo-se tornado uma das potências económicas e um dos actores políticos de maior peso no seio da Europa e do mundo. Inversamente, Portugal continua a ser um dos países mais pobres da União Europeia, apesar de ter registado níveis de desenvolvimento

consideráveis nos primeiros anos de integração. No entanto, e por razões diversas, ambos podem ser considerados um modelo na União Europeia.

Notas

- ¹Seers, D., *European Studies in Development* (London: Macmillan Press, 1980), p. 47.
- ²King, R. L., *Southern Europe: Dependency or Development?*, *Geography*, 67, July 1982, p. 234.
- ³William, Allan, *Southern Europe Transformed* (London: Harper & Row, 1984), p. 287.
- ⁴Nugent, Neil, *The Deepening and Widening of the European Community: Recent Evolution, Maastricht and beyond*, *Journal of Common Market Studies*, volume XXX, n.º 3, September, 1992, p. 312.
- ⁵Commission of the European Communities, *Towards a Community of Twelve*, Brussels/Luxembourg, 1979, p. 186.
- ⁶Jack, Andrew, *Back from Honeymoon*, *Financial Times*, March 4, 1992, p.28.
- ⁷*Spain, Mitteleuropa on the Med*, *The Economist*, April 25th, 1992, pp.5-8.
- ⁸Viñas, José, *The Spanish Economy on the Eve of EC Membership*, in Bliss, C. and Braga de Macedo, J., *Unity and Diversity in the European Economy* (Cambridge: University Press, 1990), p. 148.
- ⁹*Spain, Mitteleuropa on the Med*, *The Economist*, April 25th, 1992, pp.17-18.
- ¹⁰Community of the European Communities, *Disparities in Income and Productivity: a Stabilization?*, in *The Regions in the 90s*, Luxembourg: Official Publications, 1991, p.19.
- ¹¹*Half-way there*, *The Economist*, 30th November 2000, p. 2.
- ¹²*Half-way there*, *The Economist*, 30th November 2000, p. 3.
- ¹³*In the Club*, *The Economist*, 30th November 2000, p. 14.
- ¹⁴*A Country of Many Faces*, Vo. 23rd 2000, p. 2.
- ¹⁵*Into the European Market*, Nov 23rd 2000, pp. 4-5.
- ¹⁶*The Second Transition*, 24th June 2004, pp. 2-6.
- ¹⁷*Still Travelling Hopefully*, *The Economist*, 30th November 2000, p. 29.
- ¹⁸*Expresso*, 30 de Setembro, 2006, p.44.
- ¹⁹*To Market, to Market*, 24th June 2004, pp. 20-21

Bibliografia

- . *A Country of Many Faces*, *The Economist*. November 23rd 2000
- . Commission of the European Communities, *Towards a Community of Twelve*, Brussels/Luxembourg, 1979, p. 186.
- . Community of the European Communities, *Disparities in income and Productivity: a Stabilization?*, in *The Regions in the 90s*, Luxembourg: Official Publications, 1991.

- .Expresso, 30 de Setembro, 2006, p.44.
- .*Half-way there*, The Economist, 30th November 2000.
- .*In the Club*, The Economist, 30th November 2000.
- .*Into the European Market*, November 23rd 2000.
- .Jack, Andrew, *Back from Honeymoon*, Financial Times, March 4, 1992.
- .Nugent, Neil, *The Deepening and Widening of the European Community: Recent Evolution, Maastricht and beyond*, Journal of Common Market Studies, volume XXX, n.º 3, September, 1992.
- .King, R. L., *Southern Europe: Dependency or Development?*, Geography, 67, July 1982.
- .Seers, D., *European Studies in Development*, (London: Macmillan Press, 1980).
- .*Spain, Mitteleuropa on the Med*, The Economist, April 25th, 1992.
- .*Still Travelling Hopefully*, The Economist, 30th November 2000.
- .*The Second Transition*, 24th June 2004.
- .*To Market, to Market*, 24th June 2004.
- .Viñas, José, *The Spanish Economy on the Eve of EC Membership*, in Bliss, C. and Braga de Macedo, J., *Unity and Diversity in the European Economy* (Cambridge: University Press, 1990).
- .William, Allan, *Southern Europe Transformed* (London: Harper & Row, 1984).